**CONSELHO DELIBERATIVO DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ/RO – IMPES.**

CONSELHO DELIBERATIVO

ATA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 121/IMPES/CD/2023

Aos 13 dias do mês de fevereiro de 2023 (13/02/2023), com início às 20h00m, de forma online, a Superintendente do IMPES, Srª Rosileni C. Pacheco, juntamente com o Controlador do IMPES Srº Ronilson Melo da Cruz convocaram reunião extraordinária com os respectivos membros do Conselho Deliberativo: Srº Odair José Galdino Mendes – Presidente, membros: Srª Ivete da Silva Gomes, Srª Girlane Batista, Srº José Ferreira de Sousa, Srº Jair Nogueira, Srª Selma Rosa de Almeida, Srª Angelita Leandro Camilo e os membros do Conselho Fiscal Srª Valdelice Natal e Srª Elisete dos Santos, com o objetivo de deliberar sobre o Processo judicial n. 7000550-46.2022.8.22.0023, que trata da decisão judicial em favor da requerente Srª Rosa Aparecida de Souza, dependente do servidor Srº Edson Martins Rodrigues. A Superintendente iniciou sua fala explicando aos conselheiros que o IMPES possui uma lista de documentos que o requerente precisa apresentar para solicitar o benefício de pensão por morte, porém a requerente não possuía os documentos comprobatórios necessários para tramitação administrativa do processo, culminando no indeferimento do pedido. Desta forma, a requerente buscou via judicial a concessão do benefício pretendido, vindo a obter êxito na decisão judicial apresentada em PDF no grupo de whatsapp dos conselheiros para leitura com antecedência. O controlador expôs suas considerações alertando que o IMPES poderia recorrer da decisão, no entanto, para isso teria que apresentar novas provas que a requerente não era esposa do servidor falecido, além disso a apelação aumentaria os juros do processo além dos valores de sucumbência. A conselheira Angelita afirmou que trabalhava no mesmo local do servidor falecido e que realmente a requerente era sua companheira, a conselheira Elisete também afirmou que conhecia o casal. Dando prosseguimento a Superintendente solicitou ao Conselho a deliberação quanto ao andamento do processo de pensão no IMPES, cabendo a decisão de acatar a sentença judicial, ou entrar com recurso contra a decisão a qual condenou o instituto a arcar com as custas processuais e pagamento retroativo com correção monetária desde 26/10/2021 e a manutenção do benefício pelo período de 20 anos a contar desta data. O Conselho deliberou favorável ao IMPES abrir processo de concessão do benefício de pensão por morte, bem como arcar com as despesas judiciais e pagamentos retroativos. Por fim foi deliberado a participação no Curso online: “PREPARATÓRIO E RECICLAGEM CERTIFICAÇÃO RPPS”, promovido pela empresa INFINITY, com o custo total para todos os inscritos de R\$ 3.100,00, os membros deliberaram favorável a abertura de processo de pagamento de inscrições para todos os membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal, Comitê de Investimentos e servidores do IMPES que tiverem disponibilidade de participar. Nada mais a tratar eu, Srº Selma Rosa de Almeida, secretária substituto, encerro a presente ATA às 20h30m que, após lida e com as devidas observações, será publicada em portal eletrônico específico disponível na internet e arquivada.